UNIABEU CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE PSICOLOGIA
JULIANE DA SILVA AMORIM

DISCURSOS DOS ESPECIALISTAS *PSI* GIRAM ENGRENAGENS DE EXCLUSÃO? UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA NUM ABRIGO NA BAIXADA FLUMINENSE

BELFORD ROXO
2016.2

UNIABEU CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE PSICOLOGIA
JULIANE DA SILVA AMORIM

DISCURSOS DOS ESPECIALISTAS *PSI* GIRAM ENGRENAGENS DE EXCLUSÃO? UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA NUM ABRIGO NA BAIXADA FLUMINENSE

Monografia apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do Título de Graduação em Psicologia pela UNIABEU Centro Universitário.

Orientadora: Professora Ma. Carla Silva Barbosa

BELFORD ROXO
2016.2

UNIABEU CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE PSICOLOGIA
JULIANE DA SILVA AMORIM

DISCURSOS DOS ESPECIALISTAS *PSI* GIRAM ENGRENAGENS DE EXCLUSÃO? UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA NUM ABRIGO NA BAIXADA FLUMINENSE

Monografia apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do Título de Graduação em Psicologia pela UNIABEU Centro Universitário.

Aprovada em _____/_____/ 2016

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Ma. Carla Silva Barbosa

_____

Professora Ma. Suelen Carlos Oliveira

_____

Professor Me. Diogo Cesar Nunes da Silva

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que vivem abrigados em Instituições e que necessitam de nosso cuidado e proteção.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me fortalecido em todos os momentos dessa jornada que culminou com a realização de um grande sonho.

Ao meu esposo Antônio, pela paciência, apoio e confiança em todas as horas, apesar de todos os percalços. Por caminhar ao meu lado e sonhar junto comigo, acreditando em alcançar.

À minha filha Giovana, pela confiança, por compreender minha ausência e por me incentivar sempre, me dizendo que tem orgulho de mim. Filha amada, eu também me orgulho muito de você, todos os dias.

Aos meus pais por acreditarem em meu sonho e me incentivarem a lutar todos os dias para conquistá-lo, pelo apoio e pelo carinho ao longo da jornada.

Às minhas amigas Ana Cristina Souza de Miranda e Lidyane Saraiva pelas intermináveis conversas inspiradoras, inúmeros incentivos, pela confiança inabalável de que eu conseguiria alcançar esse sonho, pela amizade incondicional, vocês foram indispensáveis nesse percurso.

Aos amigos Bruna Espíndola, Flávia Moura, Melissa Feitosa, Amanda Rangel, Ianuzzi Johnson, Flávio Júlio, Vera Lima, Rogéria Thompson, Wallace Brito, Adriano Lourenço, pelo conhecimento compartilhado, pelas risadas e as demais experiências inesquecíveis que contribuíram muito para minha vida e minha formação.

Aos colegas de turma pela convivência e pelo aprendizado durante esses cinco anos.

Aos Professores do curso de Psicologia que contribuíram muito para minha formação, em especial ao Professor Diogo César Nunes, por todas as inquietações, provocações, reflexões no grupo de estudos Teoria Crítica e Subjetividade e pelas indicações de leitura que transformaram minha forma de ver o mundo.

À minha querida orientadora Professora Carla Barbosa, que me acolheu afetuosamente com minhas dúvidas e inquietações, me ensinando a conviver com elas e principalmente a produzir com e a partir delas.

À Banca Examinadora composta pelos Professores Suelen Carlos Oliveira e Diogo César Nunes que aceitaram avaliar e contribuir de maneira valiosa para o trabalho.

À todos os amigos e familiares que compreenderam minha falta de disponibilidade e de tempo.

É com muita gratidão e com muito orgulho que compartilho essa conquista com todos vocês. Obrigada!

5... 4... 3... 2…
- Parem! Esperem aí.
Onde é que vocês pensam que vão?
Plunct Plact Zum
Não vai a lugar nenhum!!
Plunct Plact Zum
Não vai a lugar nenhum!!
Tem que ser selado, registrado, carimbado
Avaliado, rotulado se quiser voar!
Se quiser voar....
Pra Lua: a taxa é alta,
Pro Sol: identidade
Mas já pro seu foguete viajar pelo universo
É preciso meu carimbo dando o sim,
Sim, sim, sim.
O seu Plunct Plact Zum
Não vai a lugar nenhum!
Mas ora, vejam só, já estou gostando de vocês
Aventura como essa eu nunca experimentei!
O que eu queria mesmo era ir com vocês
Mas já que eu não posso:
Boa viagem, até outra vez.
Agora...
O Plunct Plact Zum
Pode partir sem problema algum
Plunct Plact Zum
Pode partir sem problema algum
Boa viagem, meninos. Boa viagem

(Carimbador Maluco, Raul Seixas)

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir acerca da formação acadêmica tecnicista e as relações de poder que perpassam o campo de atuação dos saberes especializados, com foco no discurso *psi*, bem como questionar se a formação acadêmica tal como nos é oferecida na contemporaneidade, nos leva à uma atuação em campo capaz de (re)produzir exclusão social. Para tanto, procuramos articular a experiência de estágio em campo, que foi realizado numa Casa de Acolhimento localizado na Baixada Fluminense com os referenciais teóricos relacionados à temática escolhida, cuja problemática gira em torno de a quê/quem serve os saberes especializados atualmente.

Palavras-Chave: Exclusão social; Institucionalização de crianças; Infância e adolescência; Formação acadêmica; Políticas públicas.

Abstract

This final project aims to reflect academic technical training and the power relations that course to the field of specialized knowledge, focusing on speech *psi*, as well as questioning whether the academic training as offered in contemporary times, brings us to a performance in the field able to (re) produce social exclusion. To this end, we seek to articulate the experience of training in the field, which was carried out in a foster home located in the Baixada Fluminense with the theoretical references related to the chosen theme, whose issue revolves around what/who serves the specialized knowledge currently.

Keywords: Social Exclusion; Institutionalization of children; childhood and adolescence; Academic training; Public politics.

Sumário

Introdução 10

Capítulo Um - A formação acadêmica e os Discursos *psi* 12
1.1 - Relato de experiência e os Discursos *psi* 13
1.2 - A vida contada pelos especialistas 16
1.3 - O carimbador de laudos 19
1.4 - A Fábrica e a Faca 21

Capítulo Dois - Políticas Públicas da Infância e Adolescência no Brasil 23
2.1 - O surgimento das instituições asilares 23
2.2 - Percurso histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil 25
2.3 - Novos rumos à partir da década de 80 36

Capítulo Três - Inclusão/Exclusão Social 40
3.1 - Exclusão Social no Brasil e suas Engrenagens 40

Considerações Finais 49

Referências Bibliográficas 52

Introdução

O tema para a presente pesquisa foi escolhido a partir das inquietações que emergiram no campo de estágio, uma Casa de Acolhimento situada na Baixada Fluminense. O relatório de análise de implicação no campo, desenvolvido para a disciplina de Estágio Supervisionado Específico III foi um dispositivo disparador para muitas reflexões que culminaram com a escrita deste trabalho.

A experiência nesse campo foi bastante intensa em diversos sentidos. Tanto emocionalmente, por lidar com crianças abandonadas, negligenciadas e violentadas, quanto pessoal e profissionalmente, pois suscitou reflexões acerca da formação acadêmica e a quê/quem serve o tecnicismo e o especialismo que é praticado no ensino e como produzir uma prática profissional apesar de todos os entraves institucionais que nos atravessam e nos enlaçam.

Neste trabalho abordamos parte da experiência no campo de estágio, na qual trouxemos a questão dos documentos produzidos pelos especialistas que trabalham em rede com a Casa de Acolhimento, como é o caso dos Conselhos Tutelares, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Escolas etc. Trata-se de laudos, pareceres, relatórios, atas de audiência, etc, produzidos por psicólogos, pedagogos, professores, orientadores educacionais, assistentes sociais, juízes, conselheiros tutelares, médicos e assim por diante. Com esse número de profissionais cercando os meninos com seus saberes, poderíamos presumir que nada lhes falta. Ledo engano. O que vemos no Abrigo, são crianças invisíveis, sem voz, somente uma pasta com seus nomes e toda sua vida contada pelos saberes especialistas que os cercam. Como no depoimento de uma estagiária que consta no livro de Luis Antonio Baptista (2000, p. 43) “não tinham um espaço, e se tinham, não conseguiam falar. Essa é a sacanagem da instituição. Ela faz das pessoas mudos falantes”.

Tomamos um desses laudos como objeto para discussão das relações de poder que se estabelecem entre o profissional, a Instituição, as famílias e as crianças. Problematizamos a formação acadêmica como nos é oferecida e as práticas realizadas no campo de atuação.

Abordamos de maneira sucinta o percurso histórico das práticas de cuidado e assistência com a infância desde o período colonial até a atualidade, e como foi sendo produzido o sentido de “criança” e “menor” e a forma como o Estado atuou e ainda atua nessa dicotomia, através do extinto Código de Menores e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mencionamos também, como nessa trajetória, os saberes especialistas através de suas pesquisas e estudos contribuíram para manutenção da lógica de funcionamento vigente.

Trabalhamos as noções de exclusão social e “vida nua” para compreendermos a condição das crianças que são assistidas nos Abrigos, mas também de suas famílias e refletirmos sobre as engrenagens que contribuem para a (re)produção desses lugares e territórios de exclusão social, dentre eles o saber *psi*.

Capítulo Um

A formação acadêmica e os Discursos *psi*

Neste capítulo buscaremos contextualizar a experiência de estágio dentro de uma Casa de Acolhimento na Baixada Fluminense com os discursos dos saberes especialistas. Para nos fornecer algumas reflexões acerca da formação acadêmica e o lugar que ela ocupa na Instituição, exploramos algumas profícuas considerações realizadas por Luis Antonio Baptista nos livros *A cidade dos Sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades* (1999) e *A fábrica de interiores: A formação psi em questão* (2000).

Nas referidas obras o autor problematiza o especialismo e o tecnicismo praticado no ensino da academia, problematizando o fato de que as práticas e técnicas psicológicas, sua leitura e interpretação "representam o destino de um pensamento e de uma época" (BAPTISTA, 1999, p. 30) e que cabe a nós questionar se elas proporcionam a partir de suas limitações, contribuição para novas formas de subjetividade e também de uma nova sociedade ou se elas contribuem para a cristalização de pensamentos, práticas e saberes, colaborando não para a possibilidade de expansão do "campo de coerência"[1] da psicologia, mas sim para a hegemonia de um discurso cristalizado, tecnicista, especialista, que não rompe com barreiras, não transcende sua própria potência comprometendo toda uma vasta gama de possibilidades para pensar teoria e prática, reduzindo a psicologia dentro da instituição a um carimbo no final de um documento. Como Baptista nos diz

> As técnicas e objetos *psi*, cristalizados em espaço privado, representam o destino de um pensamento e de uma época. Cabe-nos perguntar se esses instrumentos produzem subjetividades que possam, partindo de seus limites, ultrapassar a si mesmos gerando novas formas de subjetividades e criando condições para que os objetos não

[1] A análise Institucional propõe a "multi-referencialidade" como um "[...] apelo a diferentes métodos e ao uso de certos conceitos existentes, a fim de construir um novo campo de coerência" (LOURAU, 1993, p.10). Assim, a Análise Institucional toma emprestado diversos conceitos de outras disciplinas para, ao invés de pretender sempre uma "originalidade de ideias" e a busca por pensar o não pensado, buscando a criação de novos conceitos, visa construir diferentes análises acerca das relações com/entre aquilo que é produzido cotidianamente, fazendo uso das múltiplas disciplinas e métodos disponíveis, elaborando novas possibilidades de pensar o que já está instituído.

> identificados não impeçam a produção de uma nova sociedade (BAPTISTA, 1999, p. 30).

1.1 - Relato de experiência e os Discursos *psi*

A breve experiência de estágio em um Abrigo da Baixada Fluminense, Instituição que funciona como casa de acolhimento de crianças e adolescentes do sexo masculino, com idade entre 6 e 14 anos, produziu um incômodo considerável, ao me deparar com um pilha de pastas com os nomes dos meninos, que continha uma série de documentos, dentre eles, relatórios dos conselheiros tutelares, pareceres e laudos de psicólogos e psicopedagogos, relatórios de assistentes sociais, decisões judiciais e todo tipo de informação fornecida pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sobre a criança ou adolescente.

Nada de estranho nessa organização, pois em se tratando de uma Instituição, pressupõe-se uma determinada ordem, protocolos a serem cumpridos e assim por diante. Entretanto, o incômodo a que faço referência foi causado ao me debruçar na leitura desses documentos. O tom frio e distante, narrando apenas a dinâmica de fatos, a linguagem isenta de qualquer empatia ou que demonstre alguma sensibilidade, a indiferença com que expõe a vida de crianças e adolescentes, patologizando sentimentos, rotulando comportamentos, predizendo seu futuro sempre de maneira negativa como presenciei em alguns desses documentos, foi um gatilho para o presente trabalho.

Podemos perceber essa dinâmica de produção de documentos, como o resultado da neutralidade e objetividade dos saberes especialistas. Luis Antonio Baptista (2000) nos diz que na academia a ciência cristalizou a produção de saber e o pensamento crítico em detrimento da produção de técnicas, tornando o saber *psi* uma mercadoria à serviço do capital, se tornando fragmentado, individualizante, psicologizante ou patologizante, o que melhor servir no contexto do momento.

Na mesma obra citada, o autor ainda nos leva a refletir que a psicologia tecnicista é desprovida de capacidade interventiva. Fica confinada à função de explicar causa e efeito, sem considerar o processo. Como no abrigo onde foi realizado o estágio, as fugas constantes dos meninos, os roubos, o uso de drogas, todos os comportamentos

desviantes das normas sociais eram explicados pela desestruturação familiar, deslegitimando e não reconhecendo os arranjos estruturais que essas famílias estabeleceram para si mesmas, colocando esses modos de organização familiar em uma categoria de problemáticas. Os saberes tecnicistas concluem então que, os meninos são problemáticos porque os pais também o são, estabelecendo uma lógica perversa preditiva de seus futuros, sentenciando que se tornarão em sua maioria "marginais". Sem levar em consideração todas as questões históricas, sociais e psicológicas enraizadas no processo civilizatório da humanidade.

Estela Scheinvar (2002, pp. 84-88) nos oferece um breve panorama dessas questões enraizadas, quando traça o caminho pelo qual o pensamento positivista do século XIX se constituiu e demonstra como ele influenciou a "ordem social", estabelecendo "leis" com base em critérios como "regularidade", "normalidade", "funcionalidade", "ordem" e assim por diante. Tendo então como base o pensamento positivista, a sociedade moderna pôde se afirmar e o projeto político instituído pelo poder dominante pôde se naturalizar. A autora ainda menciona que a "funcionalidade" nas relações sociais é o maior princípio do ideal positivista e que para isso a "generalização dos fenômenos" compreendido pela perspectiva da ordem dominante, se converte em "critério de normalidade". Assim,

> [...] as relações sociais que estorvem os segmentos sociais dominantes serão definidas como 'irregulares'. E é dessa maneira que passam a ser percebidas as formas de vida daqueles que discordam ou não tem condições de se adequar aos modelos hegemônicos, como ocorre com a população pobre. A prática política desqualifica as formas de vida produzidas em contextos sociais datados e reconhecidos como cenários de exclusão social, individualizando casos que se repetem massivamente, eximindo-se o poder público da responsabilidade maior de ter determinado não só as condições de pobreza, mas também as alternativas a ela (SCHEINVAR, 2002, p. 85).

Cecília Coimbra e Cláudia Baeta Neves (2002, p. 39) chamam os especialistas *psi* de "um dos ortopedistas sociais", quando suas práticas separam os modos de viver em "formas binárias: bom x mau, normal x anormal, capaz x incapaz" (COIMBRA; NEVES, 2002, p. 39). Afirmam ainda que

> O saber *psi*, como micropoder, afirma seus paradigmas cientificistas, em ordem classificatórias, normatizadoras e preventistas. A função *psi*, na contemporaneidade visa à intensificação da realidade através de técnicas de sujeição dos corpos, impondo aos loucos, aos alunos e aos trabalhadores os modelos de verdade e formas de viver que, sobrepondo-se, sobrecodificam a realidade. A sobrecodificação é uma

> das estratégias que o capital põe em funcionamento para se apropriar de toda e qualquer prática que possa produzir escapes e rupturas, incorporando-a e reintegrando-a às suas órbitas (COIMBRA; NEVES, 2002, pp. 39-40).

O binômio "racionalidade-individualidade" continua presente atualmente na nossa realidade social, onde como nos diz Baptista (1999, p. 33) "a eficiência técnica e a consciência de cada brasileiro" são os "instrumentos" privilegiados e defendidos pelos políticos ávidos por "competência, mercado e lucros". Com esse discurso ideológico intimista, onde o homem torna-se cada vez mais "individualizado" e "culpabilizado", pois cabe a ele buscar o sonho de "liberdade e felicidade", e se encontra dificuldades para tal, cabe a ele a responsabilidade por tal fracasso, visto que não buscou o suficiente ou não fez o que deveria para alcançar o objetivo. Assim, o Estado se exime completamente de sua responsabilidade "na construção e no impedimento de sonhos, liberdade e felicidade" (BAPTISTA, 1999, p. 34).

Segundo o referido autor nos diz, o homem é "tutelado" pela cientificidade, pelo tecnicismo dos especialismos da modernidade e da era capitalista. "Infantilizado" por esses discursos especialistas,

> [...] só lhe resta colaborar, aprender, ou se deixar iluminar por verdades que o converteram em fraqueza. Carente, descamisado ou fraco, nada mais lhe resta do que solicitar gerenciamento ou proteção. Tutelado, o tempo escapa-lhe das mãos e sua força política converte-se em vazio.
> Ao defender a modernidade, a economia, excluída de sua dimensão política, adere a um forte aliado: o discurso psicológico. Classes sociais, Estado e cidadania são conceitos fora de moda; agora, temos o compromisso com o racionalismo técnico, a personalidade do estadista e a cooperação do contribuinte. Esperança e colaboração pessoal são questões desencadeadas por um sofisticado dispositivo de violência política que tem como aliada a inerte, mas eficaz, intimização de formas de vida (BAPTISTA, 1999, p. 34).

Essa "intimização de formas de vida" torna individual aquilo que é da ordem do coletivo, do social. O público e o privado se polarizam, em espaços distintos e esvaziados de potencial. "Fechada, a vida perde movimento, força política, e o capital se multiplica, obscurecendo a visibilidade da produção de modos de vida por banqueiros, artistas, burocratas, psicólogos, etc" (BAPTISTA, 1999, p. 34).

Coimbra e Neves (2002, p. 43) nos alertam que "A subjetividade é ao mesmo tempo produção existencial e social; é sempre coletiva". Sendo assim, as coisas não são em si mesmas, mas estão configuradas de tal modo, num dado momento histórico. Ou

seja, nesse jogo de forças em movimento para manter instituídos os saberes científicos como hegemônicos naturalizando dispositivos normatizadores e produzindo sentidos excludentes, as referidas autoras convocam nossa atenção à "heterogênese" e que isto "requer a abertura a outros modos de experimentação" e citando Rolnik, nos diz que a pesquisa cartográfica é um desses modos possíveis. As autoras salientam que

> Olhar um campo de pesquisa como traçados de cartografia impõe que o percebamos como campo de forças em luta. Forças que vêm de todos os lugares, mas que nem por isso perdem sua maneira 'própria' de ser, de se singularizar. Nesse sentido, para captar seus traçados e riscos, é preciso que alarguemos e refaçamos, a cada momento, nossos horizontes de escuta e sensibilidade para as formações do desejo no campo social (COIMBRA; NEVES, 2002, p. 43).

Com o método da cartografia para realização de uma pesquisa, não existe uma "verdade" a ser revelada, não há um pote de ouro ao final do arco-íris, mas há o processo, ocorrem "encontros no campo de forças em luta. Nesse sentido, não há neutralidade, nem objetividade em qualquer pesquisa, pois não existe realidade a ser apreendida" (COIMBRA; NEVES, 2002, p. 44). Ou seja, quando o pesquisador, que também é objeto da pesquisa, que no nosso caso, o saber especializado e o lugar que ele ocupa na Instituição, é colocado em questão, as referidas autoras nos apontam a "análise de implicações[2]" como ferramenta para "problematizar as instituições em jogo que atravessam o campo da pesquisa" (COIMBRA; NEVES, 2002, p. 44).

1.2 - A vida contada pelos especialistas

Uma das exigências do plano de estágio especificado pela UNIABEU era, dentre outras atividades, realizar a escuta dos meninos individualmente e em grupo, tendo a psicóloga supervisora da Instituição, pedido que fosse realizada somente a escuta individual na sala de atendimento, alegando que era a demanda do momento para confecção de relatórios. A primeira dúvida foi sobre como seria essa escuta? Uma escuta sobre a queixa das crianças, o desejo, a demanda desses meninos ou a escuta das síndromes e transtornos que precisavam figurar nos relatórios que deveriam ser

[2] "Os socioanalistas cunham o termo análise de implicação para pôr em evidência o jogo de interesses e de poder encontrados no campo de investigação" (PAULON, 2005, p. 23).

enviados periodicamente para a Vara da Infância, para que o Juiz de Direito pudesse decidir sobre a vida deles? A cada relatório lido e ao final aquele carimbo do profissional, como uma sentença selando, marcando o futuro dos meninos, era algo bastante incômodo, pois nos leva à reflexão sobre os desdobramentos da profissão e qual o lugar que os saberes especializados estavam ocupando na vida dos meninos, dos seus familiares, na Instituição, bem como a que demandas eles estavam atendendo.

Na Instituição a produção dos documentos é realizada de forma mecânica, automática, sem dar a devida relevância para o fato de que se trata de seres complexos, que tem uma história, certamente uma trajetória de abandono, negligência, violência e outros horrores que nenhum ser humano deveria experienciar, contudo estavam lá nos relatórios, sucessões de fatos apenas, sem considerar a dimensão subjetiva dos acontecimentos. Os meninos têm suas vidas contadas pelos especialistas através desses documentos que assumem a condição de verdade sobre suas vidas. Assim, podemos dizer que esses documentos funcionam como "dispositivos" de uma lógica hegemônica de poder, para que esta se perpetue. Foucault (2008) nos define a noção de "dispositivo" como

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2008, p. 244).

O autor entende ainda o

> [...] dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose (FOUCAULT, 2008, 244).

E podemos acrescentar ainda a pobreza.

Acerca do dispositivo, Baptista (2000, p. 24-25) nos leva a refletir em outra perspectiva, ele diz que "Autores, discos, práticas políticas, livros e sonhos, podem ser diagramados em feixes de linhas que se cruzam", o dispositivo seria o "ponto móvel" encontrado na interseção entre essas linhas. O autor nos provoca no que se refere à

formação acadêmica, compreendendo a mesma como um processo e que a cada conquista olha mais à frente. Está sempre convocando à reflexão, não deixando espaço para cristalizações. Ele ressalta ainda que no processo de formação, esse "ponto móvel" não é percebido pelos "sentidos" e tem como força propulsora para seu "movimento e funcionamento as múltiplas possibilidades de articulações das linhas ou fragmentos que o originaram" (BAPTISTA, 2000, p. 24). Assim, essa multiplicidade de composições, comporia uma "coreografia da diversidade", que provoca no "usuário ou leitor deste dispositivo, chances de rever ou detonar em direção à inércia das sedentárias práticas políticas de vida. Pode ser que funcione ou não" (BAPTISTA, 2000, pp. 24-25).

Foi bastante impactante ler no relatório do psicólogo do Conselho Tutelar que, devido ao histórico de fuga de casa relacionada à "questões familiares e psicossociais", tendo sofrido "abandono das figuras parentais", o "menor"[3] desenvolveu "Transtorno Afetivo do Humor", passando a se comportar com "mentiras" e "sentimento de inadequação". Como "prognóstico", este era o termo utilizado em negrito, "os fatos podem levar à sociopatia - depressão// maníaca com mania de perseguição" e como indicação de conduta a ser adotada, o psicólogo encaminhou o adolescente, tratado no laudo a todo momento como "menor", para tratamento psiquiátrico, tendo este profissional receitado o medicamento Fluoxetina[4] de 20 mg 1 vez ao dia. O que está sendo medicado? O "menor" ou aquilo que ele representa?

Scheinvar (2002) durante a pesquisa sobre as práticas dos Juizados de Menores do Rio de Janeiro nos afirma que

> A análise dos processos do Juizado, [...] assinala tanto a presença de parâmetros legais definidores de uma prática coercitiva voltada para a população pobre, como uma produção de subjetividade discriminadora presente no contexto social, de maneira geral, e nas práticas dos especialistas, em particular (SCHEINVAR, 2002, p. 84).

---

[3] Ocorre uma disputa de sentidos intensa e enraizada na história do nosso país. O termo "menor" deixou de ser utilizado oficialmente desde a extinção do Código de Menores e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Entretanto, dentro das Instituições os saberes especialistas continuam utilizando.

[4] "O Cloridrato de Fluoxetina é indicado para o tratamento da depressão, associada ou não à ansiedade, bulimia nervosa, Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM) incluindo, Tensão Pré-Menstrual (TPM), irritabilidade e disforia" <http://www.bulas.med.br/p/bulas-de-medicamentos/bula/10935/cloridrato+de+fluoxetina.htm> Acesso em 31/10/2016.

Tomamos o laudo supra citado como “analisador” das práticas de abrigamento de crianças e adolescentes na contemporaneidade. Coimbra e Neves (2002) definem os analisadores como

> [...] acontecimentos que por si só produzem rupturas nos processos instituídos, que catalisam fluxos, que produzem análises, estranhamentos e sustos, que desmancham os lugares previamente estabelecidos, desfocando o que estava enquadrado em nossa percepção prévia. O mundo dos acontecimentos é o mundo dos encontros. Somente neles é possível a produção de analisadores, chamados espontâneos. Nesse sentido, ocorre a desterritorialização do lugar do perito como aquele que faz a análise. Ou seja, esta só é possível nos e pelos encontros (COIMBRA; NEVES, 2002, p. 48).

René Lourau nos diz que os analisadores são aqueles “acontecimentos que podem agitar uma Assembléia Geral socioanalítica permitindo fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer de um só golpe, a instituição ‘invisível’” (LOURAU, 1993, p. 35).

1.3 - O carimbador de laudos

Quando dizemos que alguém tem algum transtorno ou diagnóstico, torna concreto, materializa, pois a palavra do suposto saber exerce poder sobre o Outro, ou seja, se a ciência, o especialista diz que você tem um transtorno, diz que você é de determinada maneira por causa de tal ou qual evento em sua vida, como pode o indivíduo discordar? O saber-poder da ciência é soberano na sociedade capitalista e ganha cada vez mais força com a produção de transtornos e psicopatologias. Como quando na entrevista diagnóstica que Luis Antonio Baptista (1999, pp. 27-28) nos relata em seu livro *A Cidade dos Sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades* (1999), em que a estagiária no momento de supervisão clínica, diz que a paciente é X diagnóstico, pois sente um número de coisas de determinada maneira e pergunta ao supervisor sua opinião. Ele ressalta que o vazio se estendeu entre eles, e para produzir algo naquele momento perguntou a estagiária a cor dos olhos da paciente, e como se sentiu com relação a ela. A estagiária não soube responder. Não se recordava dos olhos, nem do rosto da paciente. Assim, Baptista continua dizendo que

> [...] os instrumentos que utilizamos e que são vendidos no mercado para captar, compreender, observar, também produzem algo. Nossas técnicas são fábricas. A entrevista diagnóstica não se lembrava do rosto porque fabricava corpos sem materialidade e sem lembranças. O corpo e o rosto, [...] que pensávamos como nosso e também narrado pela instituição, eram um empréstimo com juros altos [...] (BAPTISTA, 1999, p. 28).

Vemos uma dinâmica de produzir diagnósticos, precisamos dar nome ao mal-estar, aquilo que foge da norma social, aquilo que nos incomoda no Outro. Entretanto, o ato de nomear seu deslocamento da norma social trouxe o quê de cura, bem-estar, acolhimento, esperança ou o que quer que seja de autonomia para esse Outro que está na instituição? O trabalho desenvolvido parece mais um ato para si mesmo, para alimentar a ilusão de que fazemos e sabemos algo sobre aqueles que não se encaixam em nosso modelo de sociedade capitalista. Assim o saber *psi* torna-se instrumento de normatização ou de classificação, ou como nos diz Luis Antônio Baptista "A entrevista diagnóstica fabricou o indivíduo" (BAPTISTA, 1999, p. 29), assim como o laudo tomado como analisador de nossa pesquisa, fabricou o "sociopata" que devia ser medicado, vigiado, disciplinado e por que não confinado.

Os modos de viver na contemporaneidade são marcados pela angústia, pelo mal-estar, pela incompletude, pela busca constante de preenchimento de vazios e faltas, que o capitalismo não tarda em nos oferecer soluções imediatas e passageiras. Somos cada vez mais dependentes da "tutela" dos saberes técnico-científicos para nos dizer o que somos, como somos e do que precisamos. Podemos exemplificar essa dependência cada vez mais naturalizada com os programas que ensinam sobre saúde e bem estar na mídia televisiva. Consumidores ávidos desse saber científico que tudo sabe e tudo explica. Diz como devemos comer, beber, dormir, sentir e viver de determinada maneira. Reforçando a ideia de que é individual a tarefa de estar saudável, feliz, dentro dos padrões socialmente aceitos. Se fugimos à norma, somos apontados, culpabilizados por nossos fracassos, negando-nos a liberdade de rejeitar o culto realizado à boa saúde e boa forma. Como nos salienta Baptista em seu livro *A cidade dos Sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades* (1999) "os arautos da modernidade reeditam um velho e eficiente mecanismo político: o controle social por meio da culpabilização – controle milenar inventado por religiões judaico cristãs e aprimorado pelo capitalismo que impregnou corpos e psiques" (BAPTISTA, 1999, p. 35).

1.4 - A Fábrica e a Faca

Baptista (2000, p. 18) compara a formação *psi* a uma fábrica, tomando como base as fábricas paulistas que no início do século usufruiam de crianças em seu quadro de funcionários. O que chama a atenção, é a contradição entre a pureza e inocência infantil e sua resistência política. Visto que, a exaustão da jornada de trabalho, pela incompatibilidade de seus pequeninos corpos com o pesado labor e as enormes máquinas, produzia atos de resistência na distração dos vigias. As crianças faziam de algumas peças, os seus brinquedos e deixavam as máquinas em seu curso.

O autor nos relata que as crianças jogavam pedras nas grandes máquinas, tendo produzido surpresa nos adultos operários, quando eles tiveram suas reivindicações atendidas pelos patrões. Ou seja, a resistência infantil frente ao cotidiano fabril construindo novas possibilidades.

Nessa mesma perspectiva,

> [...] pensar a formação do psicólogo como fábrica não solicita somente críticas ou cobranças a sua estrutura. Incluí-la na engrenagem fabril estaria na possibilidade de detectarmos sua produção de vida e morte ou, em outras palavras, produção de homens estojo e de atiradores de pedras (BAPTISTA, 2000, p. 18).

Sylvia Leser de Mello na apresentação do livro *A cidade dos sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades* (1999) nos diz que a obra busca despertar o psicólogo "desatento". Os textos que compõem o livro visam revelar as "facas e mãos (que se querem inocentes e cheias de boa vontade) atrás das facas" (MELLO, 1999, p. 9). Baptista por sua vez nos alerta que

> O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certeiro nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de faca, [...] fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. [...] Onde estarão os amoladores de faca? (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Mello (1999, p. 10) indaga uma série de questões que são muito caras a todos aqueles que buscam uma formação crítica, ou seja, que não buscam apenas o modo de fazer oriundos das teorias e técnicas, mas se questionam também do porque fazer e a quê/quem serve esse fazer. A autora questiona

> [...] como desvelar aos jovens que vão ser psicólogos, as armadilhas da ciência? Como ensiná-los a emprestar o melhor de seus ouvidos e de seus olhos ao ruído e às formas que nos vêm da vida? Como ensiná-los a capturar o gesto e o sentido do gesto do Outro à sua frente? Como mantê-los aptos a enfrentar a indiferença que parece o fruto final da formação especializada, transformando-a criativamente? (MELLO, 1999, 10).

Capítulo Dois

Políticas Públicas da Infância e Adolescência no Brasil

Neste capítulo buscaremos traçar uma trajetória dos movimentos e disputas ocorridos, para que chegássemos às políticas públicas como as que temos na atualidade. Para tanto, recorremos aos estudos realizados por Irma e Irene Rizzini publicados no livro *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* (2004), que nos traz os primórdios da internação de crianças como sinônimo de cuidado e as transformações nessa concepção ao longo da história.

Buscamos também, importantes considerações realizadas no livro *PIVETES: a produção de infâncias desiguais* (2002), que foi organizado por Maria Lívia do Nascimento e é composto por treze artigos que trazem proveitosas reflexões suscitadas pelo redimensionamento do *Projeto MENINAR*[5], que fazia a "análise da instituição 'menino de rua'", e passou a integrar também questões referentes aos saberes especialistas, aos laudos psicológicos, os direitos das crianças e adolescentes e os modelos de família, surgindo então o PIVETES (Projeto de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social).

2.1 - O surgimento das instituições asilares

A produção de sentido de infância desvalida e do internamento/ acolhimento/ abrigamento como forma de *cuidado* das crianças pobres e/ou órfãs nos remete à época do Império e esse retorno ao passado é necessário para começar a compreender a complexa movimentação para institucionalização de meninos e meninas no nosso país.

A modalidade de internato para os filhos dos ricos foi abolida há muitos anos. Entretanto, para os filhos dos pobres ainda perdura o modelo de abrigamento. A

[5] MENI (Meninos) NA (nas) R (Ruas), cujas propostas eram o desenvolvimento de dois tipos de intervenção, sendo uma delas diretamente com os "meninos de rua" através de "oficinas e encontros com o grupo nas praças e nas ruas de Niterói" e "uma pesquisa no Juizado da Infância e da Juventude dessa cidade, onde se buscava analisar, através dos laudos dos profissionais/especialistas, os mecanismos produtores da 'subjetividade *menino de rua*'" (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2002, p. 25).

finalidade para cada grupo contudo, eram bem diferentes. Enquanto que para os ricos era com intuito de educar as crianças, para o pobres era - e ainda é -, a de controle social da população considerada "perigosa", como Irma e Irene Rizzini apontam e problematizam as

> [...] iniciativas educacionais entrelaçadas com os objetivos de assistência e controle social de uma população que, junto com o crescimento e reordenamento das cidades e a constituição de um Estado Nacional, torna-se cada vez mais representada como perigosa (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22).

Na época do Brasil Colônia, foram criadas diversas Instituições asilares como "colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22), para a educação e assistência das crianças. Entretanto, havia um abismo no tratamento oferecido entre crianças filhas de famílias ricas e crianças filhas de famílias pobres.

Segundo Irma e Irene Rizzini (2004, p. 23) a assistência às crianças ficava a cargo dos religiosos, em especial os Jesuítas que criaram "escolas elementares" para ensinar crianças indígenas a "ler, escrever e contar", tendo também desenvolvido um sistema de ensino para os filhos da classe mais abastada, bem como para a formação de religiosos. Depois de sua expulsão pelo Marquês de Pombal em 1759, outras ordens religiosas assumiram um lugar de grande importância na criação e manutenção de Instituições asilares para o *cuidado* com as crianças órfãs, abandonadas e pobres.

As referidas autoras apontam ainda a importância que as Santas Casas de Misericórdia tiveram no *cuidado* com as crianças, pois foram Instituições que auxiliaram tanto as pessoas doentes, quanto às crianças órfãs e desvalidas. A Roda[6] dos Expostos foi criada pela Santa Casa no século XVIII para amparar os bebês abandonados, deixando no anonimato os autores do abandono. Até o século XIX existiam mais de dez Rodas dos Expostos por todo o país e duraram até meados do século XX com o surgimento da República. Houve na Europa, onde as Rodas surgiram

[6] Um dispositivo de madeira, cilíndrico que possuía uma abertura para que o familiar, que não podia e/ou não queria cuidar do bebê, o colocasse nessa abertura para ser recolhido pela Instituição. O desenho da Roda privilegiava o anonimato do indivíduo que praticava o abandono. A criação desse sistema evitou que muitos bebês fossem abandonados nas ruas e portas de Igrejas, motivados pelo medo da desonra de gerar um filho "ilegítimo" ou pela falta de condições de criá-los.

originalmente, discussões e intensas críticas sobre esse sistema, acreditando-se que ele fomentava o abandono de crianças.

No século XVIII, por iniciativa de irmandades e ordens religiosas, surgiram as primeiras Instituições para educação de crianças órfãs. A lógica de funcionamento dessas Instituições era a clausura e a religiosidade. Havia pouco ou nenhum contato com o mundo exterior. No caso dos Recolhimentos que atendiam as meninas, a clausura era aplicada com maior rigor. Entretanto havia disparidades na lógica de funcionamento de uma Instituição para outra como no caso do Recolhimento Nossa Senhora da Glória, em Pernambuco, que dava assistência à "órfãs brancas, pobres e porcionistas, filhas de legítimo casamento" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 26), que violava as correspondências das internas antes do recebimento pelas mesmas, prática que não ocorria no Seminário Episcopal de Olinda, que inclusive fornecia "roupas especiais" para as saídas dos colegiais, fossem eles pobres ou porcionistas.

Essas Instituições asilares para o *cuidado* com os órfãos, pobres e desvalidos tinham o intuito de substituir a tutela do pai, ou seja, substituir o cuidado familiar que foi perdido pela morte dos pais ou se tornou inexistente pelo abandono e pela falta de condições de mantê-los. No caso das meninas, a Instituição era responsável por oferecer "os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval do casamento e o dote" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 26). Tal informação demonstra a violência com que a Instituição interfere na vida do indivíduo, expropriando sua liberdade e individualidade, o Estado torna-se proprietário do indivíduo, não só do seu corpo, mas também de sua subjetividade. A Instituição funciona como uma fábrica de subjetividades em série, produzindo como nos aponta Luiz Antonio Baptista (1999, p. 34), sujeitos "tutelados", assujeitados à concepção de *cuidado* do Estado, esvaziados politicamente.

2.2 - Percurso histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil

Tendo como base uma extensa documentação histórica dos séculos XIX e XX, Irma e Irene Rizzini nos apresenta em seu livro *A institucionalização de crianças no Brasil* (2004) o percurso da institucionalização de crianças e jovens. As autoras afirmam

que mesmo tendo sofrido diversas alterações, dentre elas a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), importante dispositivo de garantia de direitos de crianças e adolescentes, a realidade vivida por essa população ainda guarda muitas semelhanças com as práticas dos séculos passados. Ou seja, apesar de diversos instrumentos jurídicos garantidores dos direitos dessas crianças e jovens, não houve e ainda não há significativas transformações em suas vidas. O que podemos observar é a reprodução de lugares sociais restritos, não possibilitando que essa população transcenda sua condição de órfãos ou "desvalidos" e portanto marginalizados socialmente, sendo reservado a eles o lugar de subempregados. Será que só lhes restam esses lugares na sociedade? O que esperar de uma infância que é "cuidada" e "educada" apenas para essas possibilidades? Como transformar essa realidade?

No livro *Pivetes*[7]*: a produção de infâncias desiguais* (2002) organizado por Maria Lívia do Nascimento, temos importantes dados e reflexões que nos levam a uma compreensão de como surgiram as políticas públicas de *cuidado* com a infância e juventude, bem como se constituíram e se articularam os meios pelos quais essa proteção se desenvolveu.

Irene Bulcão e Maria Lívia do Nascimento (2002, p. 55) nos apresentam, que a lógica de *cuidado* da infância e juventude se dava através das "redes de proximidade", que é aquela rede de proteção e suporte de parentes próximos e até mesmo de vizinhos. Esse modelo de cuidado existe há muito tempo na sociedade, mas não era normatizada pelo Estado. Entretanto, devido a grande procura da população para regularização de arranjos familiares com vistas a acessar benefícios do Estado, como pensões por exemplo, aliado ao intenso crescimento das cidades, a proliferação da pobreza, o grande número de crianças perambulando pelas ruas, sem proteção e assistência dos pais, motivados por morte, pobreza, abandono e negligência, por volta do início do século XX, o Estado passou a regulamentar e a normatizar a lógica de proteção à infância e à juventude, inclusive desvalorizando o modelo de proteção praticado até então através das "redes de proximidade", que não deixaram de ocorrer até os dias atuais.

---

[7] PIVETES - Projeto de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social. Esse projeto foi um desdobramento das reflexões que se expandiram a partir do Projeto MENINAR, que possuía os "meninos de rua" como temática de debate e reflexão. O foco do PIVETES "[...] são as engrenagens de exclusão social que tornam hegemônicas práticas totalizadoras, cristalizando-as em territórios demarcadores de modelos de infância, assistência, justiça, dentre outros" (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2002, p. 26).

É indispensável salientar que essa prática de desvalorização e desqualificação das formas de proteção e cuidado desviantes do padrão instituído, transformando esses "vínculos de proximidade" em situação irregular do ponto de vista jurídico, acaba fomentando a necessidade cada vez maior do Estado a intervir, legitimando o abrigamento das crianças como forma adequada de *cuidado* e *proteção*, reforçando a ideia de inaptidão das famílias para essa tarefa. O que podemos perceber nessa dinâmica de funcionamento, é o Estado produzindo através de suas práticas e discursos, o problema para oferecer a solução, ou como foi muito bem colocado por Bulcão e Nascimento

> [...] é possível perceber uma justiça voltada para a infância que, através de seu aparato institucional, vai produzindo um processo de desqualificação das formas de vida das famílias pobres, reforçando a produção de subjetividades incompetentes, de famílias incapazes de solucionar seus problemas e ao mesmo tempo ampliando os espaços de assistência especializados, dos discursos competentes e das práticas de moralização e culpabilização (BULCÃO; NASCIMENTO, 2002, p. 58).

No período do Brasil Imperial não havia distinção entre crianças, jovens e adultos no que se refere à aplicação de penas. Bulcão (2002, pp. 62-63) nos diz que somente com a criação da primeira Lei Penal do Império, conhecida como Código Criminal de 1830, que passou a existir diferenças na aplicação das penas de acordo com a faixa etária[8]. Contudo, aqueles que eram condenados cumpriam as penas em prisões comuns. Somente no final do século XIX, as Casas de Correção começaram a funcionar, para receber a população menor de idade para o cumprimento de medidas penais.

Bulcão (2002, pp. 64-65) aponta que por volta de 1850, as discussões em torno dos escravos e seus filhos entraram em cena, bem como a legitimidade da escravidão, culminando na promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871. Antes da Lei, os filhos dos escravos tinham seus destinos decididos pelos seus Donos e após a Lei passou a ser uma preocupação do Estado. Entretanto, Irma e Irene Rizzini (2004, pp. 27-28) nos revelam que os "ingênuos", como eram chamados os nascidos livres, até a idade de 21

[8] O Código Criminal estabeleceu três faixas de idade antes dos 21 anos. "A primeira estabelecia que menores de 14 anos não tinham responsabilidade penal. Porém, caso fosse estabelecido que estes agissem com discernimento, o Juiz poderia determinar que fossem recolhidos a Casas de Correção até completarem 17 anos. A segunda se referia a maiores de 14 anos e menores de 17 anos. Estando nessa faixa, o menor julgado poderia cumprir penas como cúmplice. A terceira impunha o limite mínimo de 21 anos para que pudessem ser impostas penas drásticas [...]" (BULCÃO, 2002, p. 63).

anos, podiam ser mantidos sob responsabilidade de seus Senhores, sob a incumbência de educá-los e prepará-los para o trabalho. Outra opção, segundo elas, era a de ceder os ingênuos ao governo imperial, recebendo para tanto, uma "indenização". O governo assumia a responsabilidade por sua educação, alimentação, vestimentas, etc. As autoras destacam que as parcerias com Instituições ocorriam para receber apenas os "ingênuos" do sexo masculino, pois eram preparados desde cedo para o trabalho. Quanto as meninas, não há documentos que relatam o que era feito de suas vidas.

Quando finalmente a escravidão foi abolida em 1888, Bulcão sinaliza que cerca de "meio milhão de escravos transformaram-se em mão de obra assalariada, o que provocou profundas mudanças nas relações de trabalho e um choque na economia agrícola, colocando [...] o Brasil no caminho da industrialização e da urbanização" (BULCÃO, 2002, p. 64). A abolição da escravidão produziu uma transformação significativa no cenário político, jurídico, econômico e social, pois um grande número de imigrantes europeus chegaram ao país para trabalhar substituindo a mão de obra escrava, saturando as cidades de mão de obra, visto que os negros livres também ampliaram esse contingente de trabalhadores assalariados.

O crescimento repentino das cidades aliado às mudanças sócio políticas e econômicas advindas também da proclamação da República, produziram "novas formas de organização e controle da sociedade" (BULCÃO, 2002, p. 65). Dessa maneira, o ainda imaturo mercado de trabalho não tinha capacidade de absorver o grande número de mão de obra disponível que abarrotava as cidades, apesar das ações para tentar absorver esse contingente, a disparidade entre oferta e procura de emprego se tornava cada vez maior, causando preocupação ao governo sobre a "gestão" e a "tutela" desse excedente de trabalhadores, que se tornavam cada vez mais considerados "perigosos". Começa a partir daí a produção de sentido de "periculosidade" e a movimentação do Estado para controle dessa parcela populacional através de suas Instituições.

Michel Foucault (2011) tem em sua obra profícuas considerações acerca dessa sociedade que se tornou "disciplinar", que visa "corpos dóceis" à produção de capital. Ele descreve que as "disciplinas" são "os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 2011, p. 133). Acrescenta ainda que, ao longo dos séculos XVII e XVIII essas "disciplinas" se tornaram "fórmulas

gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos;" (Ibidem, p. 133), mas que pretende a "sujeição" desses corpos, tanto em termos "econômicos de utilidade", quanto "políticos de obediência", ou seja, as disciplinas produzem um mecanismo inversamente proporcional, onde ao passo que amplia a força do corpo docilizado, esvazia essa mesma força politicamente, tornando-o obediente e cada vez mais submisso[9].

Com o surgimento da noção de "periculosidade", a preocupação com a prevenção tornou-se imperiosa, haja vista o crescimento demográfico das cidades com uma população pobre, que tornava o clima político bastante tenso devido as suas necessidades crescentes. Nesse contexto, entra em cena o saber médico preocupado com a aglomeração demográfica crescente e suas consequências para a saúde, tornando-se um importante aliado do Estado no controle social através da higiene dos espaços urbanos. Bulcão nos diz que

> É principalmente através das noções da puericultura, ciência que trataria da higiene física e social da criança, segundo definição da época, que o discurso médico passa a intervir na família de uma forma inovadora, inicialmente preocupados com o alto índice de mortalidade infantil, os médicos dirigem à população campanhas que concorreram para a formação de um novo modelo de família, higiênica, intimista e privativa, em suma, moderna.
> Com isso vemos redefinido o papel da mulher, que se transforma em "esposa-dona-de-casa-mãe-de-família", "rainha do lar". Médicos formularam todo um discurso de valorização do papel da mulher, visando convencê-la da importância do cuidado permanente e direto com os filhos. Procuravam persuadir "cientificamente" a mulher de seu papel de mãe (BULCÃO, 2002, p. 67).

O saber médico-científico alcança cada vez mais espaço na sociedade, construindo saberes científicos sobre as mais variadas áreas da vida, numa relação vertical, onde a ciência médica detém o saber e o conhecimento necessário para possibilitar a vida em sociedade e os sujeitos são depositários e reprodutores desses saberes de maneira acrítica. Pois a ciência é um campo de conhecimento privilegiado e eleito como o norteador da produção de conhecimento sobre todas as áreas. Mais uma vez podemos perceber uma mudança na percepção da infância no nosso país, onde "A criança é vista como o futuro cidadão, futuro do homem e da pátria" (BULCÃO, 2002,

---

[9] Para mais esclarecimentos, vide Michel Foucault, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, originalmente publicado em 1975.

p. 67), e é a medicina que dissemina esse discurso de que “o que afeta a criança compromete o futuro do país” (BULCÃO, 2002, p. 68).

Tendo em vista essa nova concepção acerca das crianças, os juristas do país começaram então a produzir saberes sobre essa população que assume um lugar de importância para o futuro da nação, porém precisa ser controlada e vigiada, devido ao aumento do número de crimes cometidos por eles e a preocupante quantidade vagando pelas ruas. Os juristas foram os responsáveis pelo sentido do termo “menor” empregado às crianças pobres. Podemos observar a crescente disparidade entre o termo ‘criança’ e o termo ‘menor’. O primeiro diz respeito a um conjunto mais amplo que envolve um determinado modelo de instituição como família e escola, não evoca a necessidade de proteção do Estado. Já o segundo, está diretamente ligado à famílias pobres, que vagueiam pela ruas da cidade, desassistidas e por vezes abandonadas, deslizando por delitos variados e acabam sendo vinculados a instituições como orfanato, prisões, etc. Estela Scheinvar (2002, p. 88) nos diz que o termo “menor” é “um símbolo de exclusão” e que a naturaliza em nossa sociedade. Bulcão nos aponta a movimentação em direção a essa população no seguinte trecho

> É ainda no início da República que constatamos a crescente preocupação com a infância atingida pela pobreza, enfatizando-se as más consequências que adviriam no futuro (para ela e para o país) causadas pela vadiagem e pela criminalidade. Vemos delinear-se uma oscilação, que podemos observar até os dias de hoje: ora o foco das discussões incide sobre a defesa da criança, que deve ser protegida; ora sobre a defesa da sociedade contra essa criança, que deve ser disciplinada, vigiada. Surgem caminhos paralelos: um vai dizer respeito à criança abandonada, pobre e desassistida, outro à criança delinquente (BULCÃO, 2002, p. 69).

É nesse contexto que ocorre a criação no Rio de Janeiro do primeiro Juízo de Menores do país e a aprovação do Código de Menores em 1927, sendo idealizado pelo juiz Mello Mattos, primeiro magistrado a atuar no Juizado e tendo exercido a função até seu falecimento em 1934. Esses novos instrumentos foram reproduzidos em todo o território nacional e tinham como objetivos a “vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre essa parcela da população” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 29).

O Código de Menores ou Código Mello Mattos como ficou conhecido, era direcionado especificamente à menores de 18 anos em situação irregular[10] e aqueles entre 18 e 21 anos em casos previstos em lei, ou seja, que cometeram atos infracionais penais. O Código estabelecia diretrizes para o tratamento da infância e juventude desviantes do padrão considerado normal, regulamentava questões como trabalho infantil, tutela, pátrio poder, delinquência, medidas de vigilância, aplicação de penalidades e outros temas relativos a essa população.

Irma e Irene Rizzini (2004) destacam uma questão importante quanto ao atendimento de menores no país desde o início do século XX. As autoras ressaltam que o Estado através de suas autoridades:

> [...] questionavam a falta de método científico no atendimento ao *menor* no país. Com a instauração da justiça de menores, foi incorporado na assistência o espírito científico da época, transcrito para a prática jurídica pelo minucioso inquérito médico-psicológico e social do *menor* (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 31).

Com essa inserção do discurso científico no *cuidado* com a infância e adolescência, observamos através dos dados que as autoras supracitadas nos apresentam e que foram construídos pela prática dos Juizados de Menores, o respaldo que o Estado precisava para disseminar o discurso de desqualificação e incompetência das famílias pobres de cuidar de suas crianças, além de rotular como "sub-normais" inúmeras crianças submetidas ao famigerado teste de Q.I. aplicado pelos especialistas "psicologistas" do SAM (Serviço de Assistência a Menores), legitimando assim uma prática cada vez mais controladora e perversa, pois gira a engrenagem da dialética inclusão/exclusão social.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que, o método científico não visava a infância considerada normal, ou seja, aquela que estava dentro das estruturas

---

[10] "Art. 2° - Para efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:
I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
III - em perigo moral, devido à:
a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadequação familiar ou comunitária;
VI - autor de infração penal" (BULCÃO, 2002, pp. 71-72).

socialmente produzidas como família e escola, mas tinha seu foco principalmente naqueles classificados como delinquentes[11].

Como temos visto, o Estado estava fortemente presente na assistência à infância e adolescência, e com a implantação da Ditadura de Getúlio Vargas, a preocupação com essa população se tornou ainda mais intensa, pois constituía uma "questão de defesa nacional". Estela Scheinvar (2002) nos diz que

> Em nome do bem-estar das famílias, a política para a criança sempre se revelou como um mecanismo de vigilância e disciplina, ancorado no discurso da segurança, para a qual se equipa o país com o Sistema de Atenção ao Menor/SAM em 1941 e com sua herdeira, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor/FUNABEM, em 1964 (SCHEINVAR, 2002, p. 102).

Em 1941 foi criado o SAM (Serviço de Assistência a Menores)[12], um serviço centralizado de assistência, mas muito distante do que fora idealizado pelos juízes, pois segundo Irma e Irene Rizzini (2004, p. 33), era "subordinado ao Ministério da Justiça, [...] sem qualquer autonomia financeira e independente dos Juizados de Menores" e ainda assim, tornou-se de alcance nacional no ano de 1944.

Contudo, relatos da diretoria do Serviço nos anos de 1955-1956 revelaram o malogro das metas, ou seja, o objetivo de atender aos "desvalidos"[13] foi totalmente corrompido e se tornou uma Instituição à serviço de interesses pessoais, distribuidora de cargos para aqueles protegidos dos políticos, além de atender aos "falsos desvalidos", cujas famílias possuíam recursos mais do que suficientes para atender às suas necessidades, mas usufruiam dos melhores educandários mantidos com recursos do SAM.

Irma e Irene Rizzini (2004, p. 34) relatam que no ano de 1944, o SAM contava com cerca de 33 educandários, mas apenas 4 destes eram "oficiais" e destinados

---

[11] Os *delinquentes* eram retidos contra sua vontade e muitas vezes levados à delegacia de menores apenas como "castigo" pela mera suspeita do cometimento de algum delito, como por exemplo "suspeitas de ter roubado a patroa e de ter colocado pó de vidro na sopa do patrão" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 32).

[12] No livro *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil* (2004), Irma e Irene Rizzini traduzem a sigla SAM como Serviço de Assistência a Menores. Já no artigo de Estela Scheinvar, que está no livro *PIVETES* (2002), a significação dada à sigla SAM é Sistema de Atenção ao Menor.

[13] Os *desvalidos* eram aqueles que não possuíam nenhum responsável por sua assistência e cuidado.

somente aos meninos. Por volta de dez anos depois, esse número subiu para 300, porém "em situação irregular" devido à ausência de contrato para regulamentar o vínculo com o SAM. Cada estabelecimento recebia uma importância financeira por cada "menor" internado pelo SAM. Os diretores do Serviço denunciavam a corrupção vigente nos estabelecimentos, onde os encarregados dos mesmos internavam os *menores* e recebiam as quantias devidas. Devido a ausência de vínculos contratuais, a corrupção era facilitada e provocava graves impactos financeiros, além de submeter a população atendida à extrema vulnerabilidade.

Apesar dos fatos citados, as referidas autoras apontam que a notoriedade alcançada pelo SAM se deu principalmente pelos "*menores transviados*", ficando conhecido pelo senso comum como "*escola do crime*", ou seja, aqueles que passavam pelo serviço ficavam marcados com o estigma de bandidos, marginais, perigosos. As autoras ressaltam ainda que a mídia teve um papel fundamental na construção e disseminação desses estigmas. Interessante perceber que a mídia divulgava os escândalos de corrupção dos estabelecimentos ligados ao SAM e os maus tratos[14] cometidos contra os internos, mas ao mesmo tempo dava destaque para o alto nível de "periculosidade" dos "bandidos" internados. Matos e Torralba (2002, p. 76) também chamam a atenção para a função exercida pela mídia na "produção e difusão de verdades" na contemporaneidade, constituindo assim uma importante "engrenagem" produtora de exclusão social e que naturaliza essa exclusão, entretanto trataremos dessas questões no terceiro capítulo.

Após inúmeras críticas ao SAM oriundas de variados segmentos, Irma e Irene Rizzini (2004, pp. 35-36) afirmam que as autoridades públicas chegaram a um consenso de que havia a necessidade de criar um "novo instituto". Assim, em 1964, foi instalada a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) com a missão de implantar o "anti-SAM". O seu primeiro desafio foi sobre o que fazer com a "herança" deixada pelo extinto SAM. Haviam 13 internatos "oficiais" e mais 46 "financiados" pelo Serviço, que somavam juntos cerca de 7.235 menores internados no ano de 1966, quando então surgiu o questionamento acerca de como proceder com relação à "doutrina do

[14] Paulo Nogueira Filho foi um dos diretores do SAM, que em 1956 deixou o cargo e publicou uma obra intitulada de *SAM: Sangue, corrupção e vergonha,* denunciando a malfadada trajetória do serviço, chamando seus internatos de "sucursais do inferno". Na obra o ex-diretor detalha "a exploração de *menores* e a corrupção da 'infra-gang' (nos internatos e na sede) e da 'super-gang' (no Ministério da Justiça)" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 34).

internamento" praticada pelo SAM e estimulada por Juízes de Menores e pais ávidos por se dispensarem da responsabilidade de cuidado com os filhos.

As referidas autoras relatam que o pilar ideológico sobre o qual a nova Instituição se apoiava era o da "segurança nacional", meta instituída pela ditadura de Getúlio Vargas contra a "ameaça comunista" e que foi resgatada pela ditadura militar, com o interventor Castelo Branco, que estabeleceu a PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor), na qual o objetivo era de que a internação somente ocorreria em "último caso", e o argumento empregado era o da "valorização da vida familiar" e da "integração do menor na comunidade".

O destino dado à "herança" deixada pelo extinto SAM, foi a de transformá-la no

> [...] Centro-Piloto, laboratório de experimentos na internação de *menores*. As *escolas* de Quintino e da Ilha do Governador foram recuperadas, melhorando-se sensivelmente as condições de vida dos meninos e meninas internados, que antes viviam em condições subumanas. Manteve-se o atendimento pelo órgão normativo nos treze estabelecimentos oficiais do Rio de Janeiro, então agrupados como Centro-Piloto, sob a justificativa da experimentação de modelos a serem implementados nos estados, por meio de uma rede nacional de entidades públicas – fundações ou secretarias pertinentes e entidades privadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 36).

Após o esforço empregado para implementação do Centro-Piloto, Irma e Irene Rizzini (2004, pp. 36-39) nos esclarecem que a FUNABEM passou a se dedicar a internalização da PNBEM em todo o território nacional, realizando intenso investimento financeiro no período compreendido entre 1966 a 1973, para formação de convênios para desempenhar projetos[15] relacionados ao *menor*. Um deles foi o recolhimento de *menores de rua*, que se tornou mais intenso, tendo recolhido no período de 1967 a 1972 mais de 53 mil crianças, somente na região Sudeste e o foco da ação era demonstrar para a sociedade "o problema das crianças abandonadas", pois as mesmas cometiam delitos, esmolavam ou "vendiam bugigangas" em nome da sobrevivência. Entretanto, os resultados obtidos foram controversos, tanto neste quanto em outros projetos. As

---

[15] Celina Celli era diretora de Planejamento da FUNABEM e escreveu em 1975 um artigo onde informava que "foram instalados 18 Centros de Triagem, 10 Centros de Reeducação e 30 Centros de Prevenção; realizados 'estudos e pesquisas referentes ao problema do menor e às formas de atendimento'; feitos o treinamento de pessoal e a capacitação das 'instituições particulares de atenção social aos menores', visando a melhoria qualitativa do atendimento, 'com vistas à solução dos problemas específicos da comunidade local'" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 36).

autoras afirmam a desconfiança quanto a fidedignidade dos dados relatados pela FUNABEM. Haviam dúvidas sobre o que era efetivamente o objetivo das políticas públicas voltadas para o *menor*, se seria o "internamento" ou a "socialização", abrindo espaço para concluir que na lógica de funcionamento vigente eram metas incompatíveis.

Incompatibilidade de metas ou não, o fato é que os números[16] divulgados pela FUNABEM exerciam a função de enaltecer as ações da Fundação e revelar a "gravidade do problema", legitimando assim, a necessidade cada vez mais crescente de continuidade de intervenção sobre essa população. Não podemos perder de vista, um outro viés desse panorama, este sem dúvida, sem interesse de ampla divulgação, o "incômodo" gerado no poder público pelo "problema" no qual se constituem as crianças de rua "em tempos de segurança nacional". As autoras afirmam ainda que não é possível questionar "o sucesso" do Anti-SAM, a não ser pela análise de dados isolados e "informações apreendidas nas entrelinhas".

Já Estela Scheinvar (2002) nos esclarece brilhantemente sobre o mecanismo de funcionamento da FUNABEM, dizendo que os escritórios foram

> [...] estruturados em torno de uma política de convênios, graças à qual o governo federal cede recursos às entidades de atendimento e, dessa maneira, fortalece o poder dominante consolidando uma estratégia de controle. A penetração da FUNABEM se dá com uma abordagem messiânica em termos de 'doação pessoal', característica do pensamento positivista tão presente na área social, que penetra no corpo de funcionários, ocultando o caráter político tanto das relações produzidas quanto da intervenção. A individualização prevalece, operando através da culpabilização pessoal (SCHEINVAR, 2002, p. 102).

---

[16] TOTAL BRASIL

Total geral de menores internos	83.395	Nº de menores %	100,0
Órfãos e desvalidos	70.348		84,4
Desvio de conduta	8.172		9,8
Deficiências físicas e mentais	1.409		1,7
Filhos de tuberculosos e hansenianos	3.466		4,1

(FNBEM Apud RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 39).

As autoras relatam que esses dados foram divulgados num artigo escrito por Mário Altenfelder (primeiro presidente da FUNABEM) e dizem respeito aos números do ano de 1966, deixando claro que não se tem referências das fontes desses dados e nem se eles correspondem aos estabelecimentos próprios ou conveniados. Apesar das críticas a esse número massivo de internações, a diretoria tenta se defender alegando que "somente 8% dos 700 mil *menores* atendidos [...] estavam internados". Inúmeras são as discrepâncias encontradas em relatórios e dados fornecidos pela Fundação (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Um fato muito interessante, que corrobora com a supracitada citação de Scheinvar (2002), são os dados fornecidos pela FUNABEM que afirmam, segundo Irma e Irene Rizzini (2004, p. 40), a responsabilidade das famílias no "manejo do internamento", ou seja, as famílias pediam o internamento pela inaptidão no cuidado com os filhos, pela incapacidade de gerir a assistência a essas crianças. Pesquisas realizadas por sociólogos produziram estatísticas revelando que as "famílias dominavam o conhecimento necessário para acionar a internação, conseguindo em alguns casos, internar todos os filhos" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 40). Todas essas estatísticas só reforçam o estereótipo, - qualquer semelhança com os discursos médicos e juristas não terá sido mera coincidência - de que as famílias pobres são incapazes de assistir os filhos, desqualificando seus modos de existir, legitimando portanto, as ações do Estado no sentido de assumir a função de *cuidado* e *proteção* dessa população.

2.3 - Novos rumos à partir da década de 80

Até aqui percebemos que a prática de internação como única forma de *cuidado* vem sendo questionada, visto que essa conduta abarcava tanto órfãos e desvalidos como os *delinquentes*, legitimando o confinamento como expressão desse *cuidado*. O modelo de retirar das vistas da população o "problema", a "ameaça" dos menores de rua e os pobres que perambulavam pela cidade, praticado em nome da "segurança nacional" é uma forma de repressão àqueles que representassem algum tipo de ameaça a ordem instituída durante o regime militar. Para tanto, como nos indicam Irma e Irene Rizzini, "O silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais no sentido de manter a política de internação, nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 46).

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a política brasileira vivencia um novo momento histórico, ocorrendo o processo de redemocratização do país e com esse movimento podemos perceber "a inquietação" com relação a prática de internamento/confinamento de crianças e adolescentes. As supracitadas autoras afirmam que

> É indicativo desse novo momento o grande número de seminários, publicações e discussões em torno de iniciativas que indicassem novos

> caminhos. A palavra de ordem na época era a busca de alternativas, subentendendo-se que se tratavam de alternativas à internação (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 46).

As autoras ressaltam que foi uma época de grandes "debates e articulações" em todo o território nacional, que conquistaram notáveis avanços como a "discussão do tema na Constituinte e a inclusão do artigo 227[17], sobre os direitos da criança, na Constituição Federal de 1988" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, 46). Contudo, de todos os avanços e conquistas, o mais significativo e relevante foi a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que viria a substituir o Código de Menores de 1927 e o de 1979.

Entretanto, não foi uma transição suave. O momento de abertura política do país clamava por mudanças urgentemente. A crescente compreensão de que o grande número de internações, crianças nas ruas e abandonadas, eram motivadas por questões estruturais enraizadas no desenvolvimento histórico, social e econômico do nosso país, bem como reações de setores organizados da sociedade, questionando o modelo de assistência praticado encontrou barreiras a serem enfrentadas. Um momento muito importante de nossa história, visto que durante a ditadura militar ecoava apenas o silêncio da sociedade civil, bem como dos internos que tinham suas vidas desqualificadas, expropriadas pelo Estado. A redemocratização em curso no país possibilitou a resistência e o questionamento como formas de protesto e de luta, cobrando alternativas possíveis. Irma e Irene Rizzini nos alertam que

> O órgão Central, responsável pelo planejamento da assistência ao *menor* no país, não assistiu passivamente a este processo de mudança. A FUNABEM e a PNBEM, [...] buscaram rever os paradigmas de sua atuação. O Projeto Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor (1987) constituiu um esforço de revisão, atentando para um aspecto que comprometia a ação do Estado: a centralização da política versus a descentralização da execução. Os efeitos se fizeram sentir em todo o país: os estados não tinham autonomia para definir suas ações e alocações de recursos. O paradigma corretivo predominou no atendimento ao *menor* (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 47).

---

[17] "art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Ainda prevalecia a dinâmica vigente, onde se internando o "*menor carente*" prevenia-se o *menor abandonado* e como consequência o *delinquente* ou *infrator*. Assim, as crianças continuavam sendo internadas por sua condição de pobreza e de suas famílias, e pela falta de políticas públicas voltadas para diminuição das desigualdades sociais.

A FUNABEM passou por uma reestruturação seguindo as "diretrizes do Ministério da Previdência e Assistência Social: *Modernizar para Funcionar*" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 47). Foi um processo complexo e bastante resistente no que se refere às alternativas para a internação. Ainda assim, foram fechados os grandes internatos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo criados como política alternativa de assistência, os "centros integrados de atendimento ao menor (CRIAMs)" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 48), que oferecia apoio a variados projetos de atendimento a meninos de rua. Apesar de toda a resistência, a FUNABEM no final da década de 80, de cara nova e reestruturada, se tornou o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) que tinha o compromisso de colaborar com a implantação da nova legislação no país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não só tinha a missão de ser um instrumento de garantia de direitos para a população infanto-juvenil, mas também tinha a função latente de buscar como nos diz Estela Scheinvar (2002) a "descriminalização da pobreza", que segundo ela é uma árdua tarefa e ressalta ainda que

> Falar do ECA não é apenas enunciar um discurso, mas colocar em análise todas as formas de controle e vigilância que foram sendo forjados por séculos. A política para a infância e a juventude é parte constitutiva de um projeto de Estado. Intervir na cena política é deparar-se com estruturas que vão muito além dos equipamentos sociais que prestam serviços. As transformações propostas pelo ECA implicam interferir tanto nas estruturas de controle do Estado, como nas relações cotidianas de uma população que vive atravessada por normas, dispositivos e aparelhos sustentados por uma forma hegemônica de poder (SCHEINVAR, 2002, p. 105).

Anos depois da implementação do ECA no nosso país, o que podemos perceber é uma mudança de foco na questão da internação. Muito se vê sendo divulgado na mídia, rebeliões em estabelecimentos que atendem jovens autores de infração, denunciando maus tratos e condições impiedosas de existência dentro dessas Instituições, que em tese tem a missão de ressocializar e recuperar esses jovens. As infrações cometidas tornam-se cada vez mais graves, acirrando os debates acerca da maioridade penal. Os abrigos que deveriam ser acessados como medida temporária, são

utilizados como saída para problemas dos mais diversos, desde a falta de condições de alimentação e cuidado em casa, até casos mais graves como abuso sexual, negligência, abandono. O cenário é composto de contradições e confusões. Existe no nosso país uma cultura de internamento, que serve ao projeto de Estado citado por Scheinvar (2002). A estrutura é montada para *não funcionar*, legitimando a continuidade de intervenção estatal no âmbito familiar.

Percebemos um jogo de forças no que tange ao cuidado e assistência às crianças e adolescentes. O ECA trouxe uma mudança de paradigmas, onde busca transformar as noções de *cuidado* e *abrigamento*, produzindo uma "ruptura com práticas de internação anteriormente instauradas e profundamente enraizadas" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 50), onde o Estado era substituto da família. Entretanto, é uma luta constante e que está ao que parece, longe de um fim. A busca pela preservação do vínculos familiares das crianças e jovens abrigados ainda é um desafio enorme, visto que as disciplinas especializadas envolvidas, estão mais voltadas a manter a engrenagem estatal funcionando, mantendo suas posições de especialistas muito bem marcadas através de seus laudos, pareces e relatórios, devidamente carimbados, contribuindo assim para a produção de lugares e territórios de exclusão social.

Capítulo Três

Inclusão/Exclusão Social

Neste capítulo buscaremos contextualizar o surgimento da noção de exclusão social e a compreensão da relação dialética entre inclusão/exclusão social, visto que, uma não pode existir sem a outra. Para tal intento, exploramos algumas reflexões realizadas no livro *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2011), organizado por Bader Sawaia e contém diversos textos que trazem diferentes panoramas para pensar o fenômeno da inclusão/exclusão social. A obra não busca o estreitamento do conceito de exclusão, buscando torná-lo mais objetivo e consequentemente mais limitado. Mas, visa abarcar a pluralidade de questões que tornam possível o fenômeno da exclusão no nosso país.

Recorremos ao conceito de "vida nua", termo cunhado por Giorgio Agamben em seu livro *Homo Sacer: poder soberano e a vida nua* (2007) que nos oferece inúmeras reflexões acerca das relações de poder e seus mecanismos, para esvaziar o potencial político do homem. Esta noção pode ser articulada com os meninos no abrigo, visto que estão somente na condição da vida biológica, natural, longe de atingir seu potencial de transcender essa condição para uma vida qualificada.

3.1 - Exclusão Social no Brasil e suas Engrenagens

Falar sobre exclusão social não é nenhuma novidade, principalmente no nosso país, que é considerado um país de terceiro mundo ou país emergente. Sendo assim, guarda muitas questões sociais enraizadas em processos históricos que o perpassaram enquanto emergia como nação. As práticas excludentes vêm sendo absorvidas pelo nosso povo desde o período da colonização, quando foram sendo transmitidos os modos de viver socialmente aceitos. Após a colonização, passamos pelo período Imperial, pelas Repúblicas, pela Ditadura na qual ocorreu um intenso agravamento das questões sociais, incluindo o fenômeno da exclusão. Após o fim do regime totalitário, ocorreu o processo

de redemocratização do país e foram sendo (re)pensadas questões como proteção social, inclusão social e o papel do Estado nessas demandas.

No segundo capítulo tivemos um breve histórico acerca das questões que permearam os debates acerca das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes e de como a categoria pobreza estava intimamente ligada, assim como a noção de "periculosidade" da população pobre, tendo sua liberdade cerceada e vigiada ao nível de suas virtualidades, ou seja, são controlados ao nível do que eles podem vir a fazer e não pelo que efetivamente fizeram.

Segundo Mariangela Belfiore Wanderley (2011), tem sido creditada a René Lenoir a criação da noção de exclusão por volta de 1974, sendo esta, um fenômeno social e não somente no registro individual e suas bases podem ser encontradas nos primórdios da estruturação da sociedade moderna. A autora destaca ainda que dentre suas causas podemos citar

> [...] o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços (WANDERLEY, 2011, p. 18).

A referida autora nos leva a refletir sobre a fluidez do conceito de exclusão como "categoria analítica", e embora inúmeros estudos abordem o tema, ele ainda é bastante "difuso" e provoca vigorosos debates, visto que diferentes segmentos atribuem variados sentidos à sua concepção. Ainda que não tenhamos uma definição fechada, essa abertura conceitual nos permite refletir diferentes possibilidades sem abrir mão do rigor analítico. A autora ressalta que "os estudiosos da questão concluem que, do ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo" (WANDERLEY, 2011, p. 18). Acrescenta ainda que

> [...] existem valores e representações do mundo que acabam por excluir pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas, de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural (WANDERLEY, 2011, pp. 18-19).

Wanderley (2011, pp. 20-22) nos revela que a noção de exclusão social surge no cenário brasileiro em meados dos anos 80, em diversos trabalhos acadêmicos e também na mídia seguindo a movimentação internacional nesse sentido. A autora reforça ainda a importância desses trabalhos para o desenvolvimento da noção de exclusão e para

colocar em voga “o caráter estrutural desse fenômeno”. Lembrando que, pobreza e exclusão não são sinônimos, entretanto, estão intimamente ligadas levando em consideração o fato de que ambas se constituem a partir de um “acúmulo de déficit e precariedades”.

Considerando que a principal categoria de inserção social em nossa sociedade ainda é o trabalho, podemos perceber que as transformações nessas relações e sua precarização, ou como tem sido veiculado na mídia recentemente, a “flexibilização” das relações de trabalho, adquirem relevância na produção de exclusão social.

A supracitada autora destaca que Castel critica o conceito de exclusão, visto que este pode ter diferentes interpretações e que somente fazem sentido no interior de determinados processos. Por esse motivo, é necessário maior rigor no emprego do termo exclusão, levando em consideração que esta é resultado das

> [...] vulnerabilidades decorrentes das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações de trabalho e os sistemas de proteções correlatos, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial. Pode-se, assim, falar com mais propriedade de noções como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos de exclusão daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea, na sua globalidade (WANDERLEY, 2011, pp. 22-23).

Wanderley (2011, pp. 21-23) destaca que a exclusão social é um fenômeno que possui variadas formas e expressões como: a “*desqualificação*”, noção observada a partir da obra de Paugam, e diz respeito a um “processo relacionado a fracassos e sucessos da integração” e está diretamente relacionada ao trabalho e convoca o Estado a intervir, criando políticas públicas para regular os vínculos sociais e garantir a “coesão social”; a “*desinserção*”, baseada nos escritos de Gaujelac e Leonetti, é compreendida como um “processo inverso ao da integração”, e leva em consideração a “dimensão simbólica” desse fenômeno da exclusão, pois a construção do sentido de norma e “fora da norma”, bem como a desvalorização daqueles considerados “fora da norma” e as demais articulações provenientes desses arranjos, são questões que levam a refletir sobre a “existência das pessoas enquanto indivíduos sociais”; a “*desafiliação*”, noção desenvolvida por Castel e diz respeito a “uma ruptura de pertencimento, de vínculo societal”. Estão incluídas as populações despossuídas de recursos materiais, mas também aquelas com frágeis vínculos sociais, que não estão inscritas em estruturas

dotadas de sentido e valorizadas socialmente; a "*apartação social*", noção desenvolvida pelo brasileiro Buarque, e versa sobre o fenômeno de "separar o outro, não apenas como um desigual, mas como um 'não semelhante', um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc., mas do gênero humano" (WANDERLEY, 2011, p. 23).

Atualmente não existem barreiras físicas que impeçam o acesso ao conhecimento, à informação. As distâncias passaram ao nível da virtualidade. A revolução tecnológica e científica trouxeram inúmeros benefícios às sociedades. A maioria dos países estão sob regime democrático de governo. A globalização é um fenômeno sem precedentes na história da humanidade. Entretanto, em meio a tantos avanços, como e por que ocorre a (re)produção de seres humanos "desnecessários" ou incômodos socialmente?

Maura Veras (2011, pp. 30-31) nos enuncia que a questão da "urbanização capitalista" é responsável por produzir variados problemas conhecidos de todos nós. Dentre eles, destaca-se a "marginalidade social", noção surgida nos anos 60 e 70, que atualmente tem sido retomada e acrescida de alguns elementos. A autora discorre sobre a ideia de que a "marginalidade social" anteriormente era vista como sinônimo de pobreza e sendo decorrente do "êxodo rural para as cidades do Sudeste". Veras acrescenta ainda que, outrora os problemas relacionados à "moradia (favelas), mendicância delinquência etc" (VERAS, 2011, p. 30), eram atribuídos a esse movimento de migração para as cidades.

A referida autora nos diz que outros estudos realizados à época revelava a naturalização com que era percebida a meritocracia, ou seja, todos teriam as mesmas chances ao competir pelo "espaço" e aqueles mais competentes ganhariam as melhores colocações nessa construção do espaço e dos sentidos vinculados a ele. Já aqueles menos aptos, ficariam à margem, nas "zonas segregadas", produzindo como resultado

> Zonas de desorganização moral, zonas de habitação operária, processos de desadaptação de novos habitantes, todos enfeixados nessa explicação que inspirou óticas funcionalistas e que foram muito questionadas (VERAS, 2011, p. 30).

A supracitada autora nos relata que outros pesquisadores atribuem "o fenômeno da pobreza urbana" a inadaptação de uma parcela da população ao "mercado de trabalho, renda, acesso a bens e serviços" (VERAS, 2011, p. 30). Outra perspectiva

dessa questão considerava a pobreza e seus desdobramentos diretamente ligadas "às contradições do modo de produção capitalista" (VERAS, 2011, p. 31), fazendo com que esse contingente de pessoas que saíram do campo para as cidades não sejam consideradas "marginais", mas partes integrantes das "engrenagens produtivas", entretanto, de maneira desigual, pois não dispunham de recursos que os qualificasse para encontrar posições mais favoráveis.

Ainda segundo Veras (2011, pp. 33-34), nas décadas de 60 e 70, a atenção dos estudiosos era voltada para os "favelados" e como referido acima, este modo de estar no território era ocasionado pela migração dos campos para as cidades. Da década de 80, período de "transição democrática", a autora ressalta a

> [...] questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais, as lutas sociais. Em especial, discute-se a questão espacial, o território, a cidadania. [...] estudos sobre a questão habitacional (em São Paulo, a crise do BNH[18], favelas, loteamentos clandestinos e cortiços) e a "exclusão" política da vida sindical dos trabalhadores, da vida civil (VERAS, 2011, p. 33).

Dos anos 90 a referida autora nos diz que o conceito de exclusão social experimentou uma transformação, tornou-se mais "abrangente, dinâmico e multidimensional" (VERAS, 2011, p. 36) e ainda nos apresenta diversos autores e suas contribuições à noção de exclusão. Todos esses estudos e debates contribuíram para a reflexão acerca da pobreza e da desigualdade social que giravam - e ainda giram - a engrenagem da exclusão social. Um ponto a ser ressaltado nas discussões da década de 90, é o fato de que

> [...] o termo exclusão seja concebido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como estado de fatalidade. E é preciso vivenciar a contradição que se expressa na exclusão, desenvolvendo algum nível de consciência da contradição que se vive ao agir (VERAS, 2011, pp. 40-41).

Sobre a atualidade, Bader Sawaia (2011, p. 12) nos alerta sobre a crueldade da exclusão e nos diz que

> [...] a visão do futuro é assustadora, como nunca foi. Não existem projeções convincentes de aumento geral da igualdade entre as pessoas.

---

[18] Banco Nacional de Habitação através do Sistema Financeiro de Habitação, que foi uma das "soluções" propostas pelo governo durante o período desenvolvimentista para resolver os problemas sociais, dentre eles, a moradia.

> Ninguém, hoje, ousa prever que todas as crianças (dos Bálcãs, africanas ou brasileiras) terão igual acesso a bens materiais, à dignidade e à saúde.
> Ser otimista é acreditar na potencialidade do sujeito de lutar contra esta condição social e humana, sem desconsiderar a determinação social (SAWAIA, 2011, p. 12).

Sendo assim, é fundamental a reflexão acerca da naturalização da exclusão como um processo individual, que diz respeito ao indivíduo e sua inabilidade e inadaptação à sociedade capitalista. Percebemos através dos estudos e pesquisas realizadas, que não é este o caso. A exclusão é um fenômeno socialmente construído, enraizado em nossa sociedade e, portanto, é fundamental abordar o tema como nos orienta Sawaia (2011, p. 12) com a "integração da diversidade, [...] uma ordem social não cristalizada e em constante configuração e conexão entre pessoas diferentes, entre o eu e a alteridade".

Precisamos nos debruçar sobre o tema, lançando luz sobre as desigualdades sociais através de pesquisas e estudos constantes, provocando rupturas nos processos instituídos, visando sempre a potência dos sujeitos, contribuindo para que esta apareça e produza movimento ao invés de resignação diante daquilo que está naturalizado.

Matos e Torralba (2002, p. 76) nos apontam a mídia como importante ferramenta de produção de subjetividade e disseminação de "verdades no mundo contemporâneo". Entretanto, as autoras problematizam justamente a naturalidade com que essas "verdades" são veiculadas e aceitas pela sociedade, contribuindo para manutenção de lugares de exclusão social.

As autoras exemplificam seu argumento chamando nossa atenção para as manchetes de jornais e chamadas de notícias televisivas, com os termos "menor" e "pivete", e no outro viés o termo "criança", ou seja, a "criança" é considerada um sujeito de outra natureza, que evoca instituições como família, escola e etc. Os termos "menor" e "pivete" nos remete imediatamente àqueles desprovidos ou precariamente providos dessas instituições. Como foi colocado pelas autoras no seguinte trecho

> O uso desses termos não é aleatório, nem neutro. Eles portam em sua enunciação, toda uma carga do já instituído binômio exclusão/inclusão. Afinal, menores são aqueles que assaltam, que vivem nas ruas, que vão para os juizados e educandários, enquanto as crianças vivem em famílias "estruturadas", vão à escola e têm um futuro pela frente. Num segundo momento, poderíamos dizer que menores são aqueles seres pobres, pequenos, pretos ou mulatos em sua maioria, que vagam pelas ruas tentando arrumar dinheiro (MATOS; TORRALBA, 2002, p. 75).

Bader Sawaia (2011) nos enuncia que

> A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2011, p. 9).

Matos e Torralba (2002, p. 75) problematizam a abordagem simplista que é realizada dessas questões, reduzindo as mesmas a "pólos dicotômicos". A mídia possui relevância na produção e consolidação dessas ideias, com seu poder e posição privilegiada, tudo aquilo que dissemina acaba alcançando caráter de "verdade" sobre a vida cotidiana e contribui significativamente para a produção dessas subjetividades mencionadas por Sawaia, além de alimentar o imaginário social acerca dos sentidos dados aos termos "menor" e "criança", dentre outros termos utilizados para demarcar lugares e territórios de exclusão.

Giorgio Agamben na introdução do livro *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua* (2007) nos diz que os gregos não dispunham de um termo único para designar o significado de "vida". Para tal tarefa, eles utilizavam duas palavras distintas, mas "reportáveis a um étimo comum" (AGAMBEN, 2007, p. 9).

O termo *zoé* era utilizado para exprimir a vida comum e natural de todos os seres vivos. Já o termo *bíos* expressava a "maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo" (AGAMBEN, 2007, p. 9), em outras palavras podemos dizer que designava a vida qualificada do homem.

O referido autor nos diz que aquilo que diferencia o homem do animal é a capacidade de transcender a *zoé*, ou seja, sua potência. O homem é um ser político por natureza e a política é o espaço no qual o homem lança o seu destino, que só pode ser habitado por estar em aberto, trazendo nossa atenção para a potência dessa abertura, dessa indeterminação. Agamben (2007) vai mais adiante e nos apresenta a ideia de que o homem se humaniza através do *logos*, que é exercido na *pólis*[19], que é o lugar onde os indivíduos podem dialogar.

DIA LOGOS

através palavra

[19] Significa Cidade, Estado; espaço público.

Potência e ato estão em registros diferentes, ou seja, embora o homem seja dotado de potência para transcender a *zoé*, sua mera condição biológica, não significa que ele vá transcender. Agamben (2007) citando Aristóteles nos diz que a potência visa finalizar em ato, ou seja, deixar de existir enquanto potência. O autor nos esclarece ainda que o "biopoder" é que faz a gestão dessa potência da *zoé*, impedindo de chegar a *bíos*, permanecendo portanto, "vida nua", desprovida de qualificação. Ou como nos diz Maria Helena Zamora (2008, p. 13) "o mero viver sem existência política e cidadã".

O texto *A solidão e a Inércia dos Discursos Psi* que está no livro *A Cidade dos Sábios* (1999) de Baptista, que foi escrito em junho de 1991 durante o governo Collor, presidente que sofreu impeachment logo no ano seguinte, é um texto bastante atual, dada inclusive a atual conjuntura política, onde temos a Presidenta eleita Dilma Rousseff destituída de seu cargo por um golpe, no qual os seus arquitetos fizeram uso do mecanismo de impeachment, porém sem provas de cometimento de crime, mas com um manejo hábil da mídia, promovendo uma verdadeira caça às bruxas envolvendo a Presidenta e outros políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Temos em comum nos fatos citados, um país também em crise econômica e política, violência, precariedade dos serviços de saúde, dentre tantas outras mazelas sociais que sofremos. Não é o mesmo cenário sem dúvida, mas as semelhanças não serão apenas meras coincidências. É interessante perceber, como os discursos se atualizam, contudo sem alterar significativamente a realidade social. No texto citado, Baptista nos diz que o Brasil vive um momento marcado de "pseudomodernidade política" e que diariamente tem seu cotidiano marcado

> [...] violentamente por crimes. Assassinatos de crianças e adolescentes, assassinatos de trabalhadores nas fábricas, assassinatos de singularizações via mídia eletrônica, assassinatos de direitos civis em hospitais, escolas, prisões e outros espaços. Entre um crime e outro encontramos análises que apontam o atraso econômico como determinante de tais fatos (BAPTISTA, 1999, p. 33).

Percebemos a sutileza e a violência com que a biopolítica atua sobre os corpos, visando a produção de "corpos dóceis", obedientes, saudáveis para o trabalho. Na contemporaneidade assumimos que é necessário manter os corpos vivos, assim como é preciso fazer a gestão da morte. Momentos de crise são fundamentais para nos mostrar que o corpo é público, um exemplo que podemos abordar foi o recente surto de zika

vírus no nosso país, e a discussão que se levantou sobre o aborto de fetos microcefálicos decorrentes da contaminação pelo vírus, demonstração clara de que quem decide sobre a vida e a morte é o Estado respaldado pelo saber médico-científico.

Michel Foucault (2011) nos fala sobre a produção de “corpos dóceis”, ou seja, corpos úteis à manutenção da produção industrial, portanto, de produção de capital. Para Giorgio Agamben (2007) não existe a passagem do poder soberano para o biopoder como nos assinala Foucault. Para Agamben (2007) o poder soberano continua existindo no biopoder que se atualizou para dar conta da riqueza da nação, que deixou de ser território e passou a ser a população e sua força de trabalho. O poder soberano permanece na figura do Estado Nacional.

Considerações Finais

O poder do carimbo começou a se delinear para mim[20] durante a experiência de estágio clínico, no qual os pacientes, ou responsáveis pelos pacientes endereçavam aos estagiários a necessidade de um diagnóstico, de uma explicação para suas angústias e mal-estar, sendo estas, características próprias do viver em sociedade. Comecei a refletir sobre o peso da palavra do especialista e do quanto influenciamos e somos influenciados pelos especialismos cotidianamente, independente de estarmos abrigados ou não.

Quando realizado o estágio no Abrigo, essa questão se tornou extremamente incômoda ao perceber a confecção de laudos e outros documentos produzidos pelos saberes especializados, dentre eles a psicologia. Os saberes especializados à serviço da (re)produção da dialética inclusão/exclusão social, ou seja, como engrenagem que gera uma "inclusão perversa". Como Sawaia (2011) nos esclarece

> A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 2011, p. 8).

No caso da infância e adolescência no nosso país e mais especificamente nas instituições que tem como princípio o cuidado e a assistência com essa população, observamos mais claramente essas "privações" das quais Sawaia discorre. Déficit não só econômico, mas afetivo, cultural, educacional etc. O que resulta em estereótipos[21] e lugares sociais restritos, de marginais à subempregados.

A guisa não de conclusão, mas de ponto de partida para reflexão, é pensar a formação acadêmica enquanto (re)produtora dessas engrenagens de exclusão. Refletir sobre como desenvolver uma prática crítica, capaz de promover rupturas nessa lógica

---

[20] A redação em primeira pessoa do singular é utilizada nos trechos específicos em que apresentamos a experiência pessoal no campo de estágio.

[21] A noção de estereótipo "designa os processos mentais pelos quais se operam a descrição e o julgamento das pessoas ou de grupos, que são caracterizados por pertencer a uma categoria social ou pelo fato de apresentar um ou mais atributos próprios a esta categoria" (JODELET, 2011, p. 61).

hegemônica de saber-poder-especialista. Lembrando que romper com essa lógica especialista que tudo sabe e tudo explica, não quer dizer abandonar o rigor analítico e nem representa a ausência de critérios. Mas trabalhar numa perspectiva transdisciplinar, onde os saberes renunciam sua torre de Marfim[22] para pensar um novo "campo de coerência", como proposto pela Análise Institucional. Claro que esse argumento é apenas uma das inúmeras possibilidades de pensar nossa prática profissional.

O intento de nossa pesquisa não é propor uma fórmula ou um modelo de formação e de prática no exercício da profissão, mas suscitar reflexões constantes, rupturas no que está instituído e naturalizado, visto que o viver é processo, é dinâmico, é movimento e como nos diz Ariane Ewald (2011)

> [...] lidamos com fenômenos cuja resposta "não sabemos". Assumir este risco é assumir que a Ciência não tem respostas precisas sobre os fenômenos que avalia e é, ao mesmo tempo, "revelar [e assumir] um segredo": não sabemos (EWALD, 2011, p. 41).

Existe uma pluralidade de representações do que é "real" na nossa sociedade. É necessário conceber que o nosso saber especializado e tecnicista não é capaz de sozinho, abarcar a multiplicidade e a complexidade do ser humano e suas inúmeras formas de apresentações. É preciso questionar não somente o *como fazer*, mas também *por que* e *pra que/quem fazer*. Assim como nos diz Becker (2009)

> Meus próprios colegas de profissão – sociólogos e outros cientistas sociais – gostam de falar como se tivessem o monopólio da criação dessas representações, como se o conhecimento da sociedade que produzem fosse o único conhecimento "real" sobre esse assunto. Isso não é verdade. E eles gostam de fazer a afirmação igualmente tola de que as maneiras que possuem de falar sobre a sociedade são as melhores ou as únicas pelas quais isso pode ser feito de forma apropriada, ou que suas maneiras de fazer esse trabalho protegem contra toda espécie de erros terríveis que poderíamos cometer.
> Este tipo de conversa é apenas uma tomada do poder profissional clássica (BECKER, 2009, p. 19).

O referido autor nos leva a questionar a forma como os "produtores" do saber se posicionam, ou seja, a maneira como postulam seus argumentos com o intuito de convencer o "usuário" desses saberes a aceitarem suas ideias. Becker (2009) nos diz ainda que está convencido, e nós também estamos, de que "as ciências [...] mutilaram-se

---

[22] Expressão utilizada para designar os cientistas e intelectuais que postulam suas ideias alheios às preocupações cotidianas. O físico Res Jost (1970) fez uma palestra sobre o conto de fadas da Torre de Marfim.

ao impor limites estritos aos modos permissíveis de narrar o que os pesquisadores descobrem sobre as coisas que estudam" (BECKER, 2009, p. 275). A forma que o especialismo é valorizado e exaltado em nossa sociedade, produz limitações.

Luis Antonio Baptista (2000) nos aponta o caráter passivo que a psicologia acaba assumindo na Academia, até mesmo conivente com as formas de violência (re)produzidas cotidianamente. O autor nos diz que

> Compactua-se através do silêncio, através dos atos de amor ao próximo, um próximo sem rosto, sem cheiro, sem sexo, sem cor ou país. Um amor invisível e ao espelho. Um narcísico e cínico ato de amor (BAPTISTA, 2000, p. 16).

A "violência do saber legitimado" (BAPTISTA, 2000, p. 17), aquele saber que sob o manto dos "atos de amor ao próximo", aquele que ajuda, que é neutro e objetivo, que visa a transformação do indivíduo e da sociedade, que busca o aperfeiçoamento técnico, que visa se especializar cada vez mais, na verdade é um "narcísico e cínico ato de amor", visto que é mais para si do que para o Outro.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2° reimpressão, 2007.

BAPTISTA, Luis Antonio dos S. **A fábrica de interiores: A formação *psi* em questão.** Niterói: EdUFF, 2000.

_____. **A cidade dos sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades.** São Paulo: Summus, 1999.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 20/10/2016.

EWALD, Ariane P. "Estranhamentos emocionais", Modernidade e Literatura: "Campo de Agramante". **In: EWALD, Ariane P. (Org.). Subjetividade e Literatura: Harmonias e contrastes na interpretação da vida**. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 39° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Microfísica do Poder.** Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 25° edição, 2008.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

NASCIMENTO, Maria Lívia do, (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais.** Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, 17 (3), 18-25, set.-dez.: 2005.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 11° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZAMORA, Maria Helena. Caminhando em Muzema: Os encontros possíveis no tempo de acontecer. **In: Do Rio das Vitrines à Galeria dos Desconhecidos**. OBERG, Lurdes Perez. São Paulo, 2008.